

# A DIALÉTICA DOS CAMPOS SOCIAIS NA INTERPRETAÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE DIFERENTES LEITURAS SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS

---

CLEYTON HENRIQUE GERHARDT\*  
JALCIONE ALMEIDA\*\*

## INTRODUÇÃO

Questão do meio ambiente, crise ecológica ou, ainda, problemática ambiental: nos últimos 30 a 40 anos estas expressões (e os significados que carregam consigo) têm se incorporado profundamente às discussões mais relevantes da sociedade em geral. Já não sendo apenas uma preocupação restrita a alguns poucos agentes, grupos sociais, organizações, instituições de pesquisa e órgãos competentes do Estado, os temas que suscitam têm adquirido uma centralidade até há pouco inexistente, sendo atualmente discutidos por amplos e variados setores da sociedade. Palavras como ecologia, meio ambiente e natureza são cada vez mais apropriadas pelo senso comum e levadas mesmo às mais inóspitas localidades do planeta (“urbanamente” falando), produzindo, para o conjunto destes termos, qualificações polissêmicas. Neste sentido, tais expressões adquirem um caráter operatório, na medida em que permitem aos interlocutores que delas fazem uso estabelecer novos lugares-comuns e, igualmente, forjar formas alternativas de classificação do mundo e de referência ao Outro (seja

\* Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS e Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. E-mail: [cleytong@terra.com.br](mailto:cleytong@terra.com.br).

\*\* Agrônomo e Doutor em Sociologia. Professor da Faculdade de Agronomia (UFRGS) e professor-pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Sociologia (PPGS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq. Email: [jal@ufrgs.br](mailto:jal@ufrgs.br).  
Recebido em 03/2005 – Aceito em 06/2005.

este outro considerado como sendo humano ou não-humano, vivo ou não-vivo, natural ou artificial, cultural ou biológico etc.).

Ao mesmo tempo em que estas questões representam uma verdadeira revolução nos hábitos, valores e comportamentos das pessoas em geral, sua interferência não se restringe ao nível do indivíduo. Isso acontece porque elas envolvem intensas modificações socioculturais e econômico-produtivas que, se, por vezes podem aparecer aos olhos das pessoas em geral como tendo um caráter inédito, por outro lado, podem também ser interpretadas como sendo uma consequência lógica decorrente dos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea ou, ainda, como reveladoras de um caráter intrinsecamente degradador e egoísta da espécie humana em relação aos demais elementos não-humanos. Tais divergências explicativas, contudo, só indicam como estas transformações relativas às preocupações ambientais atuam distintamente sobre as diferentes organizações societárias e, é claro, sobre as assimetrias de poder nelas existentes. Mas, pode-se perguntar, o que faz com que estas perspectivas recentes<sup>1</sup> adquiram tal pretensão universalizante? Que dispositivos estão atuando neste processo? O que faz este tipo de sensibilidade se espriar com tamanha intensidade e heterogeneidade por boa parte da opinião pública (institucionalizada ou não), colocando em xeque o aparente otimismo que envolve a ciência, o progresso técnico e mesmo os atuais projetos modernos hegemônicos de sociedade?

Em um primeiro momento, uma resposta plausível a estas perguntas poderia ser a de que a “*explosão da sensibilidade ecológica*” (ALPHANDERY et al., 1992) seria o resultado direto e unívoco da sucessão de catástrofes ecológicas proporcionadas pela intensificação do processo de desenvolvimento técnico-científico nos últimos 40 anos. Ou, na mesma direção, devido ao crescente agravamento da poluição e dos efeitos danosos deste avanço tecnológico em nível global, tais como o “efeito estufa”, as “chuvas ácidas” e a “diminuição da camada de ozônio”. Ou, ainda, ao enfraquecimento e ao cada vez mais constante questionamento do próprio modelo econômico-produtivo constituído ao longo destes últimos dois séculos. Seria, enfim, segundo esta perspectiva, uma espécie de somatório dos próprios resultados concretos e não tão positivos do padrão capitalista de desenvolvimento industrial (personificado em estruturas como o mercado, o Estado, o desenvolvimento tecnológico ou a própria ciência), responsável pelo desencadeamento deste fenômeno.

De outra parte, uma perspectiva distinta desta tende a partir de um ponto de vista “evolutivo” (LEIS, 1999) ou, ainda, através da construção de uma abordagem diacrônico-narrativa (McCORMICK, 1992) sobre a consolidação do pensamento ambiental em nível mundial. Em ambos os casos, a ênfase recai sobre um permanente crescimento e acumulação das discussões, dos processos e das pessoas que, historicamente, teriam marcado este fortalecimento da problemática ambiental enquanto problema relevante para a sociedade. O que está implícito nesta forma de perceber tal problemática é a tentativa de rastrear na história ocidental as origens do ambientalismo ou, ainda, da “crise ecológica” atual e, como consequência, as possíveis razões e motivações para o surgimento de uma nova ética ambiental contemporânea. Assim, através da construção de uma narrativa coerente e estruturada em fatos que se

desenrolam linearmente na sucessão do tempo e da identificação dos principais agentes desencadeadores das discussões sobre meio ambiente (pessoas, organismos e instituições), poder-se-ia identificar certas “fases”, momentos de transição e rupturas que teriam levado a uma “tomada de consciência” global sobre os processos de degradação ambiental.

Por fim, uma outra abordagem possível seria pensar a aparente crise ambiental não como simples espelho das condições objetivas da sociedade, como produto incondicional e inequívoco de causas estruturais ou funcionais dos sistemas de arranjo político-econômico-institucionais planetários (e/ou estatais, científicos e financeiros) ou, ainda, como um suposto momento de “transição civilizatória”. Mais do que mera consequência do modo como se organizam e funcionam estas estruturas (econômicas, sociais, políticas, produtivas etc.) e de como se originou o que hoje se denomina de “movimento ambientalista”, a invenção do meio ambiente como problemática social relevante incluir-se-ia dentro de um processo dinâmico de reestruturação sociocultural, onde o que estaria em jogo (em disputa) seria a própria modificação da forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos (processo este sempre inacabado e cuja dinâmica estaria centrada na instável ascensão-declínio das lutas e embates que surgem em tempos e espaços diferenciados). Portanto, a problemática ambiental teria que ser compreendida não como algo decorrente, por exemplo, de certas “falhas” ou contradições inerentes ao padrão moderno de produção atual ou como progressiva tomada de consciência dos seus limites, mas sim como uma espécie de núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo assimétrico de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade.

Pensada desta maneira, a chamada “problemática ambiental” seria vista como uma “questão socialmente construída” ou, dito de outra forma, como “um problema [que] existe principalmente em termos de como está definido e concebido na sociedade” (BLUMER, 1971 *apud* HILGARTNER & BOSK, 1988: 4). Do mesmo modo, o meio ambiente (ou os problemas a ele vinculados) não seria visto apenas como algo concreto, mas, sobretudo, como uma realidade criada através de um processo social dinâmico e gerenciada pela conjunção de certas forças sociais constituídas histórica e culturalmente. Seriam, portanto, segundo este outro ponto de vista, a qualidade e quantidade interativa destas forças subjetivas que estariam desencadeando uma certa exacerbação da problemática ambiental, o que, implicitamente, significa retirar a importância decisiva dos fenômenos concretos hoje identificados como “problemas ambientais”, “catástrofes ecológicas” etc., para centrar o foco em uma espécie de concorrência social pela definição destes mesmos problemas e catástrofes como sendo socialmente relevantes.

Todavia, uma reflexão sobre estas três possíveis explicações aponta algumas dificuldades inquietantes e não totalmente contempladas. É neste sentido que, como se verá a seguir, este artigo se propõe a discutir criticamente tais perspectivas e, quem sabe, contribuir – através da proposição de uma leitura particular sobre a problemática ambiental – no sentido da superação de alguns destes obstáculos heurísticos. A hipótese

lançada aqui e que será, mais à frente, melhor discutida, é a de que por trás desta difusa “sensibilidade ambiental” encontra-se em processo a configuração de um *campo ambiental* já relativamente estruturado e que tende, cada vez mais, a legitimar-se enquanto *locus* central das discussões sobre tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente e suas implicações prático-cognitivas. Deste modo, tal espaço de lutas simbólicas tende a gerar conflitos em torno do reconhecimento de certas práticas e modos de pensamento, sendo que o que estará sendo colocado em jogo, neste caso, são as próprias representações sociais (inscrites e articuladas segundo um universo de ações e idéias possíveis) do que significaria o meio ambiente – e, em contrapartida, as relações ontológicas construídas sobre seres humanos e natureza. Nesta perspectiva, o *campo ambiental* em construção, sempre perpassado e alimentado pelos demais campos sociais e funcionando como um amplo, dinâmico, fluído, instável e heterogêneo espaço de debate onde tendem a se concentrar as disputas sobre que discursos/ações deveriam ser instituídos como sendo os mais “verdadeiros” ou, no mínimo, mais “competentes”, faz com que determinadas idéias, conceitos e práticas possam naturalizar-se e, concomitantemente, sejam vistas como ambientalmente corretas. Porém, deste ponto de vista, o que seria visto (e adotado) como “ambientalmente correto” está, desde já, em disputa.

## CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO DEBATE SOBRE OS TEMAS AMBIENTAIS

### Sobre a aposta em um ponto de vista “evolutivo”

No que se refere às visões e narrativas ligadas a uma percepção “evolutiva” sobre os processos de tomada de consciência ambiental, um dos problemas deste tipo de abordagem é que elas tendem a dar a idéia de que as formas e as ações assumidas hoje pela problemática ambiental já estavam dadas *a priori*, ou seja, desde o seu princípio, sendo uma mera consequência da passagem das coisas, das pessoas e dos acontecimentos. Assim, estar-se-ia hoje assistindo ou ao seu ápice ou, no mais das vezes, ao limiar de uma transição qualitativa fundamental para uma maior “consciência ecológica”.

De fato, esta forma de perceber o surgimento da problemática ambiental fica bastante evidente através de um pequeno exemplo ilustrativo. Considerem-se afirmações do tipo: “desde suas *origens* o *ambientalismo* foi um movimento global, de características transnacionais. Portanto, era de se esperar que os *primeiros passos* do ambientalismo rumo a uma expressão significativa, fossem interrompidos pela eclosão dos nacionalismos que promoveram as duas guerras mundiais (...)” (LEIS, 1999, p.69 – grifos dos autores). Ora, a categoria “ambientalismo” é usada aqui (não só neste trecho, mas em todo o texto do referido autor) como se ela há muito tempo já existisse como forma acabada, o que implica em adotar tal noção de uma maneira quase absoluta para identificar momentos históricos e situações extremamente complexas. Porém, poder-se-ia indagar: estariam seus participantes, nos diversos momentos e contextos

em que se efetivavam os debates sugeridos pelo autor, identificando-os como sendo discussões “ambientalistas”? Seria este o sentido e a interpretação preponderantes e que estariam a dominar a imensa diversidade prático-discursiva aí existente? Além disso, a idéia de que haveria “origens” (ou “primeiros passos”) significa determinar a necessidade de dizer quais seriam estas origens e, portanto, isto implica em escolher como mais importantes certos fatos e disputas em detrimento de outros. Aqui, o autor referido, então, torna-se uma espécie de genitor do nascimento, neste caso, do que ele identifica ao longo da história como sendo “ambientalismo” e “ambientalistas”<sup>2</sup>. Em síntese, o autor está nos informando acerca do que importa em termos de situações e lugares-chave, quem são as personalidades relevantes nos debates e que discussões e controvérsias seriam historicamente as mais destacadas quando o assunto se referiria ao meio ambiente<sup>3</sup>. Não há, neste caso, portanto, uma relativização do lugar de onde está falando o narrador, do universo de escolhas (de fatos, pessoas, temas, datas etc.) a que este teve que se submeter ou que lhe estava disponível no momento da elaboração da narrativa. Todavia, como se sabe, faz algum tempo os antropólogos e, também, como pôde constatar Acot (1990: 1) já na introdução da sua “História da ecologia”, “a diferença de abordagem pode induzir uma diferença dos conhecimentos”.

Ainda sobre este tipo de perspectiva analítica “evolutiva”, Pádua (2002: 28 – grifos dos autores) parece, por vezes, seguir uma linha semelhante quando afirma, por exemplo, que “os esforços de crítica ambiental existentes a partir do século XVIII, que estão sendo redescobertos pela historiografia recente, podem ser vistos *como momentos no processo de tomada de consciência dos dilemas ambientais no universo da modernidade*”. Novamente, aqui surge a idéia de que haveria “momentos no processo de tomada de consciência”, o que, por sua vez, sugere um final, uma vez que, passados todos os percalços enfrentados pelo ambientalismo ao longo do tempo, no limite teríamos, como conseqüência, a tão esperada “tomada de consciência”. Contudo, paradoxalmente, o próprio autor reconhece as ambigüidades que envolveram a possibilidade de se identificar, hoje, esta mesma “consciência ecológica” quando, dois parágrafos adiante, afirma que “a evolução da consciência ecológica não deve ser considerada, como querem alguns, uma resposta exógena, tardia e regressiva ao mundo moderno. Ao contrário, ela é fruto desse mesmo mundo, uma resultante interna das suas dinâmicas históricas planetárias, uma herdeira das suas revoluções científicas”. Ao refletir sobre esta última afirmação, vê-se que o autor também percebe a geração de uma sensibilidade ecológica não como um vaticínio inexorável, mas sim como um fenômeno complexo que envolveu e continua envolvendo um permanente movimento de forças intrínsecas à constituição histórica das sociedades, suas instituições e formas de controle social.

Aliás, neste caso, uma analogia pertinente poderia ser feita entre as idéias de “consciência ecológica” e “consciência de classe”. Isso, porque, tal como muitas vezes a “classe trabalhadora” já havia sido percebida como algo acabado, vista como uma coisa petrificada (o que sugeriria a existência de uma “classe trabalhadora em si”, portanto, trans-histórica), é recorrente tratar-se os “ambientalistas”, o “ambientalismo” ou a “questão ambiental” como algo pronto, estático e já pré-existente

desde há muito tempo. Neste sentido, ao se usar tais expressões, valeria o mesmo tipo de alerta feito por Thompson (2001: 270) para o uso da idéia de “classe” quando adotada no seu viés althusseriano, de que, “com excessiva freqüência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar”. Em suma, em muitos casos, ao se falar em “ambientalismo” ou em uma “questão ambiental” assume-se, sem nenhum exercício de relativização, esta categoria a partir de um modelo estático de relações sociais que, via de regra, são etnocentradas e correspondentes a um lugar e a um tempo histórico específicos. Deste modo, os parâmetros valorativos adotados para se identificar um suposto “ambientalismo” ao longo do tempo, tal qual como muito se fez com a idéia de “classe trabalhadora”, são fruto de uma maneira muito particular de perceber o mundo. E, deste modo, como em um passe de mágica, a “consciência ecológica” pode então surgir como parte integrante do pensamento e das práticas de uma infinidade de tempos e personagens históricos. Tomada neste sentido, corre-se o perigo de pensar que a “falta” de uma maior “consciência ecológica” adviria do fato de que não teria havido ainda uma acumulação de experiências e de conhecimentos (um processo “evolutivo”?) suficientes na sociedade contemporânea, sendo que tais acréscimos aos saberes humanos estariam já, em princípio, a caminho.

Sobre este tipo de leitura, talvez um contraponto interessante possa ser encontrado em um autor como Thomas (1994). Este, estudando a sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX, elege como ponto central de sua análise, justamente, as contradições, as ambigüidades, as oposições, as incertezas, as indefinições, a diversidade de posições, as idiosincrasias, as indeterminações, as angústias e as mudanças e embates (que, por vezes, se processam em uma mesma pessoa) de idéias e de concepções que, historicamente, marcaram e amalgamaram uma ampla gama de agentes e de situações em que as relações entre mundo natural e seres humanos estavam sendo discutidas.

Como se pode ver, ao se optar pela adoção de um tipo de atitude interpretativa como a de Thomas, o fazer ambientalista surge como algo que se constrói, justamente, a partir do dia-a-dia e da complexidade de enfrentamentos valorativos, morais e éticos que marcaram sincrônica e diacronicamente a sua constituição, sendo que aí se encontra já previamente incorporado no fazer e no pensar das pessoas todo o peso histórico das relações e práticas sociais instituídas entre seres humanos e, obviamente, entre estes e o ambiente que os cerca. Visto assim, tal movimento em direção a uma luta pela preservação-conservação da natureza não é percebido como algo já dado ou identificável (também por aqueles que, em épocas distintas, integravam tais discussões) desde o princípio, mas, sim, construído em meio a conflitos de toda ordem que não necessariamente deveriam estar vinculados diretamente, por exemplo, a idéias de preservação ou conservação do meio ambiente.

### **Sobre “desastres” e “catástrofes”: meio ambiente como realidade objetivada**

Já uma outra forma de tentar explicar a consolidação de uma problemática ambiental original na atualidade irá buscar enfatizar o aspecto da materialidade dos fenômenos ambientais conjugado, respectivamente, com a sua dimensão planetária e

com a qualidade irreversível que tais processos teriam alcançado. Neste caso, se acentuam todos aqueles efeitos que, concretamente, poderiam ser hoje percebidos e sentidos pelas pessoas como acontecimentos reais ligados à degradação do meio ambiente e das condições de vida (humana e não-humana) na biosfera terrestre. Seriam estes os fatores determinantes do desencadeamento de novas sensibilidades ecológicas, sendo que estas últimas funcionariam como uma espécie de resposta crítica à exacerbação dos processos de degradação ambiental propiciados pelos padrões dominantes de desenvolvimento industrial capitalista. Em suma, haveria um jogo de ação e reação, de causalidade, em que os seres humanos, ao sentirem os processos resultantes no (e as respostas) do ambiente às diferentes formas de apropriação – este último passando a não mais ser visto apenas como substrato inerte e eternamente disponível ao usufruto humano –, reagiriam de modo a questionar e a repensar as atuais formas de uso dos recursos ambientais ainda existentes, sendo que o modo principal de legitimação destas novas evidências adviria através da constatação científica, feita por especialistas de diversas áreas, de “fatos objetivos” que comprovariam a especificidade preocupante dos processos de degradação ambiental.

Contudo, veja-se mais de perto os limites deste tipo de abordagem ao se propor um pequeno exercício comparativo e que estabelece um paralelo com a realidade de nações que tiveram seu processo de industrialização consolidado durante o século XIX. Como bem demonstraram Thomas (1994) e Norris (1985), em países como a Inglaterra, neste período, sempre houve uma ampla diversidade de concepções concorrentes e, muitas vezes, antagônicas sobre as características que distinguiriam (em termos de classificações, funções, qualidades etc.) os seres humanos dos demais “elementos da natureza”. Além disso, é sabido o quanto a sociedade inglesa sofreu nestes dois séculos em termos de degradação da qualidade do ambiente, consequência do intenso processo de transformação produtiva por que passou. É por isso que se pode, hoje, perceber tais mudanças como geradoras de efeitos não tão benéficos do ponto de vista ambiental, o que, por sua vez, implica considerar que, ao se olhar, mesmo que breve e superficialmente, a realidade de países como estes, é possível verificar como o processo de industrialização por que passaram produziu também sérios “desastres ambientais”. Neste sentido, o que dizer, por exemplo, do elevado grau de contaminação das águas e do ar das cidades de então por elementos extremamente tóxicos; das situações degradantes as quais os trabalhadores eram obrigados a suportar no regime arbitrário de produção das fábricas da época; de uma verdadeira carnificina de animais utilizados para experimentos científicos ou eliminados sistematicamente nas expedições – também ditas científicas – a países da África, Ásia e Américas; da destruição de boa parte das florestas (ocasionando, portanto, fatos irreversíveis como, por exemplo, redução da “biodiversidade”) e da drástica alteração de grandes ecossistemas mundiais; da perda de patrimônio cultural acumulado por incontáveis gerações, por um sem número de populações consideradas “tradicionais”; ou mesmo da própria deterioração da paisagem, com a destruição de espaços pouco antropizados e antes destinados ao lazer e à contemplação? Não seriam, estes também, eventos a serem considerados como “problemas ambientais”?



É claro que não se está querendo dizer aqui que, neste período, não se discutissem e não se buscassem enfrentar os “problemas ambientais”. O que ocorre é que tais “problemas” ganhavam uma dimensão e uma valoração qualitativamente bastante diferente das avaliações contemporâneas (o que, provavelmente, significaria até mesmo a ausência do adjetivo “ambiental” ao lado do que se entendia como “problemas”), ou seja, os parâmetros de avaliação estavam fixados em pressupostos e em um contexto de luta social historicamente bastante diferenciados. Sobre este particular, novamente Thomas (1994) ilustra, para o caso da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, uma situação muito parecida com a que ocorre nos dias de hoje. Havia neste período, por exemplo, uma acirrada concorrência e uma extrema diversidade em termos de concepções, ideais, valores e práticas sobre a natureza e os seres humanos, sobre os processos de domesticação da natureza, sobre o papel (as funções) que ambos deveriam desempenhar, sobre os seus possíveis significados metafísicos, mítico-divinizantes ou materialistas, enfim, sobre uma multiplicidade de aspectos que, no confronto das vozes da época, mostravam-se, no tempo e no espaço, extremamente ambíguos, volúveis e contraditórios (e, portanto, não facilmente identificáveis por aqueles que se achavam em meio a esta imensidão de temperamentos e de maneiras de ser, de ver, de reagir)<sup>4</sup>.

Portanto, a pergunta que fica é, se, neste período, já havia muitos dos “problemas ambientais” hoje assim identificados e tidos como prioritários e motivo de preocupação por parte das autoridades, e por que, então, não teria surgido, de uma forma consistente, amplamente difundida e, é claro, entranhada no aparato institucional inglês, uma política e uma estratégia (ou políticas e estratégias) especificamente voltadas para a problematização desta situação preocupante? Mesmo que se pudesse dizer que tais “problemas” foram, de alguma forma e mesmo que conscientemente enfrentados, fica evidente que a sua interiorização e naturalização enquanto uma “questão ambiental” não havia se efetivado como senso comum disseminado por toda a sociedade inglesa.

Indo ainda mais além, mesmo que de um ponto de vista demasiadamente *ecocêntrico*<sup>5</sup>, Ponting (1995) mostra como populações humanas – enquanto grupo social produtor de uma cultura – teriam atuado, em diferentes épocas e lugares, sobre o meio ambiente de modo a modificá-lo de uma maneira que hoje seria classificada como “insustentável” no que se refere à manutenção dos padrões de produção e consumo existentes ou, se se preferir, dos modos de vida então preponderantes. Assim, se se considerasse os atuais parâmetros dominantes relacionados à temática ambiental – tanto em termos de preservação de uma suposta “natureza em si” como de um possível “uso racional” dos recursos ambientais, sendo esses os dois pólos mais salientes quando das discussões em torno da problemática ambiental –, tais sociedades teriam de ser também rotuladas como “degradadoras” da natureza e do meio ambiente. Ainda segundo este mesmo autor, muito do declínio destas “civilizações” – termo este por ele adotado – teria sido fruto justamente de uma certa incompetência em gerir o ambiente que as circundava. Isso porque, por mais tênues que fossem os efeitos das estratégias de sobrevivência e de produção e das práticas e manejos utilizados, estas, desde os



caçadores-coletores de dez mil anos atrás até os empresários rurais altamente tecnificados de hoje, sempre teriam interferido ativamente na dinâmica dos ecossistemas da biosfera terrestre e, o que é mais importante, sem terem o completo controle e previsão sobre os possíveis resultados de suas ações. Afinal, a exaustão da fertilidade do solo para uma tribo vivendo na Nova Guiné há 10 mil anos, o assoreamento do leito dos rios Tigre e Eufrates, no caso da Mesopotâmia, por volta de 3.000 a.C. e os efeitos de aquecimento global nas sociedades contemporâneas, todos estes são fatores não previstos no momento de implementação das técnicas e tecnologias que os produziram<sup>6</sup>. Seja selecionando espécies de plantas e animais, seja alterando a configuração da topografia, do solo e da paisagem em geral, ou antropizando recursos naturais como a água através de métodos de canalização e irrigação, estas atividades supõem a produção de transformações sobre o meio ambiente que, em alguns casos, podem se revelar na forma de “problemas” para determinado grupo social.

Veja-se o exemplo do processo de devastação da Mata Atlântica, exacerbado durante a gestação e formação do Estado brasileiro nos séculos XVII, XVIII e XIX. Já neste período de tempo (ou seja, durante cerca de mais de 300 anos), devido à consolidação do regime itinerante de derrubada e queimada da floresta, utilizado como estratégia para suprir as necessidades da crescente população das “lavras de além-mar”, a coroa portuguesa e os administradores locais se viram obrigados a enfrentar sérios “problemas” de abastecimento decorrentes da exaustão das áreas de plantio (DEAN, 1994). Quer dizer, mesmo no distante mundo colonial de três séculos atrás, uma outra espécie de “problemática ambiental” instalava-se e requisitava tanto o seu reconhecimento pela população enquanto questão relevante, como demandava a necessidade de se pensar estratégias de combate à “crise ambiental” que então se avizinhava:

“O governador procurou converter os fazendeiros paulistas ao emprego do arado, uma reforma que incluiria integrar animais de tração e seu estreme ao cultivo dos campos. Os habitantes lhe ofereceram, contudo, a ‘opinião universal’ de que os solos de São Paulo não eram adequados a aração. Esta concepção (...) era inteiramente falsa e apenas se justificava pela ‘negligência e preguiça dos nativos e pela facilidade com que a terra os sustenta a um pequeno custo’ (...). A pressão sobre a Mata Atlântica teria, em grande parte, diminuído se essa reforma tivesse sido bem-sucedida. Pode-se imaginar, porém, a incredulidade dos horticultores mestiços quando lhes era dito que deveriam trocar um método de cultivo, que interrompia seu lazer por não mais de quinhentas horas por ano, por outro que os teria sobrecarregado com pelo menos 2 mil horas de labuta e que, além disso, não era comprovado e talvez não fosse capaz de render colheitas maiores” (DEAN, 1994: 117).

É claro que, visto desta maneira, um leitor mais apressado poderia ir logo constatando que qualquer historiador poderia perfeitamente ler o passado e argumentar que dificuldades ambientais, tidas como contemporâneas (contaminação das águas, erosão dos solos, destruição de sítios naturais etc.), sempre existiram para as demais

populações que já habitaram o planeta. Porém, mais importante do que esta constatação (que sempre poderia ser contestada, visto que um ponto de vista inverso e que mostrasse, por exemplo, o caráter inédito e novo dos problemas ambientais contemporâneos seria sempre possível de ser construído e comprovado) talvez seria perceber as especificidades que marcaram a explicitação de tais problemas enquanto uma problemática específica<sup>7</sup>, ou seja, tentar visualizar quais e de que modo se construíram historicamente certas questões relacionadas à forma com que o ser humano tem se apropriado do (e interagido com) o ambiente que o cerca. Talvez daí, através dessa permanente confrontação com o Outro, do exercício de afastamento de um Eu autocentrado, da relativização das maneiras dominantes de proceder no cotidiano e que tendem a nos deixar ver e agir segundo padrões classificatórios cristalizadores, poder-se-ia pensar em outras perspectivas que viessem a balançar o equilíbrio dado pela radicalidade da atual concepção hegemônica e que separa, ontologicamente, ser humano e natureza<sup>8</sup>.

Em decorrência disso, seria igualmente possível questionar por que certas demandas ambientais presentes no dia-a-dia da humanidade desde muito tempo somente puderam se converter em uma problemática objetiva e coerentemente identificável a partir de um determinado momento? Ou, por que aquele quadro de extrema degradação ambiental do século XIX, que levou a sociedade inglesa e neoportuguesa (talvez possa se dizer européia), já naquela época, a canalizar uma atenção maior para estes problemas, não pôde se disseminar conscientemente na forma de uma “problemática global”? Ou, ainda, já que problemas ambientais muito semelhantes aos atuais provavelmente foram também vividos por outras populações em períodos anteriores, por que razão a sua identificação e os desdobramentos que então se instalaram tomaram rumos tão distintos aos que hoje têm assumido a atual “crise ecológica”?

Uma resposta bastante usual, atualmente, para este tipo de afirmação, gira em torno de um argumento vinculado à dimensão e ao alcance que os fenômenos ambientais adquiriram recentemente. Sob este prisma, não teria sido possível a instauração consciente de uma problemática ambiental naquela época devido ao fato de os efeitos “maléficos” das ações humanas (como a poluição, assoreamento de rios, queimadas, desmatamentos etc.) ficarem restritos espacialmente e não desencadearem processos de transformação em nível planetário<sup>9</sup>. Em outras palavras, teria sido somente devido ao surgimento de novos processos químico-físico-biológicos, que comprometeriam direta e globalmente a estabilidade da biosfera terrestre, o fator determinante para que se estabelecesse que o meio ambiente teria de ser encarado como sendo uma problemática socialmente relevante. E isto se comprovaria devido ao fato de que os efeitos desencadeados pelas ações humanas através da intensa instrumentalização e mercantilização do desenvolvimento técnico-científico atual inexisteriam até então na natureza.

Porém, será mesmo apenas por esta razão? Se for este o caso, por que então nos anos 1940 e 1950 o meio ambiente não adquiriu maior importância com o desenvolvimento maciço das armas nucleares após a Segunda Guerra Mundial e parte da Guerra Fria? Já que sua eventual efetividade enquanto estratégia de ação afetaria

drasticamente toda a biosfera (e quase afetou), não seria este um fenômeno que deveria ter interessado a todos e que, portanto, apresentava dimensões globais já naquela época? Enfim, por que somente 30 ou 40 anos após o início da sua utilização é que o tema da energia nuclear ganha notoriedade e irá se revelar um dos pontos iniciais de crítica da chamada “ecologia radical” durante a década de 1970<sup>10</sup>? Teria sido este, como aparece em certos pontos de vista “evolutivos”, meramente o tempo necessário para o florescimento de uma suposta “consciência ecológica” que, todavia, já havia sido previamente semeada pelos “ambientalistas” do passado e do presente? E, se assim fosse, onde ficariam todas as possibilidades contingentes e que são inerentes a qualquer desenvolvimento de algo que só existe em potência? Como não considerar a eventualidade de que muitas das idéias, hoje normalmente etiquetadas como preservacionistas ou conservacionistas, e que foram defendidas durante os anos de 1960 e 1970, poderiam ter tido, como um organismo vivo qualquer, uma morte prematura (não chegando, portanto, a atingir a idade “adulta”)?

Nesse momento, alguém poderia indagar, algo surpreso: mas será que todos os problemas diagnosticados atualmente como tendo um viés ambiental seriam apenas construções mentais, representações de uma realidade inventada pela imaginação humana? Afinal, então, o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a elevação do nível dos oceanos, enfim, todos estes “problemas” não seriam fatos reais, mas somente fenômenos culturalmente fabricados? Estas interrogações remetem a outra dimensão importante a qual também está no cerne das discussões sobre meio ambiente e que tem a ver com a terceira alternativa de explicação anteriormente já citada: a própria gênese da problemática que envolve o meio ambiente enquanto realidade inventada. Veja-se um pouco mais de perto esta perspectiva.

### **Inventando “problemas ambientais”: os incômodos da relativização**

De um modo geral, tais considerações ajudam a refletir sobre uma questão importante quando se pensa as relações entre seres humanos e, sobretudo, entre estes e o meio em que vivem: a necessidade de se levar em conta as constantes interseções entre rupturas e continuidades históricas. Ora, como foi visto, uma pequena busca por entre as reminiscências e interstícios históricos do mundo ocidental (o que implica, é claro, ressignificar o passado) revelaria o quanto o meio ambiente (que neste caso específico, deve ser considerado no sentido mais amplo possível) tem sido foco de preocupação desde há muito tempo. Seja este considerado como “recurso”, como “divindade” ou como “paraíso selvagem”, nunca teria deixado de se apresentar como algo pensado e problematizado<sup>11</sup>. Mesmo quando no século XVIII consolidou-se uma visão que propunha a separação definitiva entre sociedade e natureza, sendo esta última expulsa do “paraíso da humanidade” (ou, ao inverso, sendo o ser humano excluído desta nova essência arquetípica), este exílio não significou, de maneira alguma, a eliminação incondicional da natureza (e do meio ambiente) do imaginário coletivo.

No entanto, por outro lado, se poderia argumentar também que tais preocupações, apesar de poderem hoje ser rotuladas de “questões ambientais”, tinham

um caráter e uma especificidade próprios de seu tempo e, portanto, com implicações práticas e cognitivas diferentes do modo de pensar e agir contemporâneos. E isso aponta, justamente, para a necessidade de se reconhecer que o conceito de meio ambiente define-se historicamente no tempo e no espaço e que, por conseguinte, não possui hoje os mesmos significados de 100, 200 ou 300 anos atrás. Do mesmo modo, as compreensões de meio ambiente em países como a Alemanha serão totalmente diferentes daqueles encontrados na Costa do Marfim, na Turquia ou no Brasil, por exemplo. Ou, ainda, que as conotações que esta idéia assume em cidades como Porto Alegre, serão muito distintas daquelas assumidas em uma realidade como a de um pequeno município do sertão nordestino. Isto sem falar, como já sugerido anteriormente, que o aparente sucesso da nova temática ambiental é um fenômeno ainda muito restrito em termos planetários. Quer dizer, países onde suas populações enfrentam sérias dificuldades para suprir necessidades básicas (como alimentação, educação, saúde, habitação etc.) ou mesmo nas camadas economicamente menos favorecidas das nações mais ricas, a questão do meio ambiente é, se não completamente desconhecida, no mínimo marginal ou indiferente<sup>12</sup>. Do mesmo modo, sobre este fenômeno contemporâneo de ressignificação de um mundo natural desumanizado, afirma Diegues (1996: 58): “não se pode negar que houve uma dessacralização da natureza, mas (...) a experiência de um mundo natural radicalmente dessacralizado é acessível apenas a uma minoria nas sociedades modernas, e, dentro dela, sobretudo aos cientistas”.

Além disso, apesar da consolidação e da supremacia nos últimos dois séculos, de um tipo de concepção que faz do meio ambiente mero recurso a ser usufruído, toda uma gama de novos sentidos e novos mitos (ou *neomitos*, como sugere MORIN, 1991 *apud* DIEGUES, 1996) estão sendo concomitantemente (re)produzidos e (re)incorporados. Exemplo visível disso é o fato de haver hoje uma intensa produção (extremamente variável em termos qualitativos) de concepções muito particulares sobre o que representa a própria idéia de natureza ou de meio ambiente<sup>13</sup>. Assim é que, atualmente, fazem parte do debate sobre este tema versões demasiado distintas, mesmo em espaços tidos como referenciais, como é o caso do campo científico. Nesta espécie de salada propositiva, convivem pontos de vista que concebem o meio ambiente, por exemplo apenas como suporte inerte e inacabável à disposição da espécie humana; ou ligado à aposta na solução dos problemas ambientais através de um avanço no processo de desenvolvimento científico-tecnológico; ou a idéias vinculadas à proteção da natureza de todo e qualquer artifício humano, (re)sacralizando assim os processos naturais e colocando ênfase na possibilidade daquela encerrar no seu interior alguns dos mistérios da própria existência e essência do universo; ou ainda a um tipo de abordagem que pretende focar, simplesmente, a possibilidade de se estabelecer uma convivência “harmônica” entre seres humanos e elementos da natureza<sup>14</sup>. Esta ampla diversidade de visões, verificável em qualquer espaço social, aponta para o fato de que toda sociedade, toda cultura (algo, portanto, teoricamente restrito à dimensão humana) irá *inventar* as suas concepções particulares do que representaria a idéia de meio ambiente e, conseqüentemente, de natureza. Logo, estas duas últimas noções não podem ser consideradas como intrinsecamente pertencentes a uma consciência

humana universal, mas, sim, criadas e instituídas de significados através de processos historicamente engendrados.

Por outro lado, é plausível pensar que na atualidade, e para a maior parte do mundo ocidental, a noção de meio ambiente ensejaria certas concepções relativamente comuns e que formariam, temporal e espacialmente, a trama de sentidos que lhe dá legitimidade. Exemplo disso seria a idéia de que hoje haveria uma delimitação bem clara entre um mundo dos *humanos* e um mundo *natural* (ou, como querem alguns, dos *humanos* e *não-humanos*), mecanismo que tornaria o meio ambiente passível de se tornar algo definível, classificável e, conseqüentemente, utilizável como um recurso à disposição da espécie humana. Existiria, no entanto, também um certo consenso sobre a idéia de meio ambiente como um valor, ou seja, como sendo “um bem comum da humanidade”, algo, portanto, que necessita ser cuidado e preservado, “algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades” (CARVALHO, 2001: 36). Assim, seja na forma de um ser que deve também ter os seus direitos (como sugere a hipótese Gaia, por exemplo<sup>15</sup>) ou entendida como recurso ou reserva (de riqueza, de beleza, de conhecimento etc.) para ser utilizada ou guardada às gerações futuras<sup>16</sup>, o meio ambiente sugeriria hoje a busca de uma idéia de universalidade e que teria que ver com o “interesse comum da humanidade” (TRINDADE, 1993: 49).

Deste modo, muito embora a visão de natureza (da qual deriva o conceito de meio ambiente) como “sujeito de direito” venha a ser, ao menos parcialmente, restabelecida nos últimos anos, esta concepção (predominante até certa altura no imaginário ocidental sobre o tema<sup>17</sup>) perdeu ao longo dos últimos dois séculos seu estatuto de espaço composto por “criaturas de Deus, que tinham direito de viver”.<sup>18</sup> O projeto que predominou neste período foi o da erradicação de qualquer tipo de vínculo entre a sociedade, sua cultura e o meio ambiente e seu universo natural. Ou seja, com a eliminação de todo e qualquer resquício do que, por exemplo, fora para os gregos antigos a noção de *physis*<sup>19</sup>, natureza e meio ambiente passaram a não mais indicar uma pretensa aura de totalidade, prevalecendo neste processo de ressignificação uma paulatina desqualificação dos dispositivos considerados exteriores ao homem. Sobre este particular e, embora, é preciso reconhecer, esta tendência não tenha eliminado, de maneira nenhuma, a possibilidade de que outras representações fossem construídas e, por conseguinte, convivessem e competissem com esta concepção hegemônica de humanidade colocada fora da natureza, Larrère e Larrère (1997, p.67) argumentam que, principalmente durante os séculos XVII e XVIII, “a introdução de um novo princípio ético parece acompanhada por uma desvalorização da natureza, susceptível de pôr fim ao naturalismo antigo. A natureza já não é um ‘cosmos’, deixa de ser eterna, nem sequer é engendrada, é criada”.

Como conseqüência disso, tudo o que passasse a ser visto como não-humano poderia automaticamente transformar-se em mero objeto a ser apropriado pelos próprios seres humanos. E, sob esta lógica, compreende-se em parte porque também fazia certo sentido para o pensamento ocidental do século XIX usar como simples objetos à disposição de seus donos não somente recursos naturais, mas também

índios, negros, asiáticos, pobres ou outras populações e indivíduos que não se assemelhavam ao tipo “humano ideal” (branco, cristão e ocidental). A alteridade existente entre estas populações (para a qual contribuiu o processo de coisificação da natureza) era tão exacerbada que estes outros seres humanos quase não eram reconhecidos como pertencentes a uma mesma humanidade, o que legitimava em certa medida a também coisificação dos seus corpos e mentes.

O que fica, entretanto, em aberto no caso dos defensores de uma teórica imaterialidade da problemática ambiental (e tudo o que a ela se refira), é o fato de, mesmo que se admita que o meio ambiente que se vê é algo de certa forma já pronto para o olhar daquele que observa – pois, como disse Whitehead (1993: 43), “aquilo que enxergamos depende da luz que penetra o olho” –, esta visão condicionada não elimina sua existência objetiva e, conseqüentemente, os fenômenos e eventos a ela concernentes e dela decorrentes. Citando novamente Whitehead (1993: 48-55),

“existe apenas a natureza colocada diante de nós no conhecimento perceptivo. (...) as leis científicas, se verdadeiras, são enunciados sobre entidades das quais adquirimos conhecimento por estarem na natureza, e que se as entidades às quais se referem os enunciados não forem encontradas na natureza, os enunciados a seu respeito não tem relevância para ocorrência puramente natural”.

Esta característica do conhecimento perceptivo, enquanto reconhecimento posterior de uma estrutura de eventos a qual se dá o nome de natureza, pode ser verificado através da análise dos inúmeros casos de objetivação da problemática ambiental em espaços sociais onde o modo de vida urbano-industrial não tenha ainda se consolidado completamente. Afinal, se se aceitar a afirmação de Chauí (1999: 125), de que *“a percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é a relação entre elas e nós e nós e elas”*, vê-se como é importante atentar para o fato de que a segregação de subjetividades constitui matéria-prima de toda e qualquer produção cognitiva por parte dos indivíduos, de sistemas de representações, de sensibilidades etc. (GUATTARI, 1996 *apud* PAIVA, 2000: 35).

No caso específico da temática do meio ambiente como realidade ao mesmo tempo concreta e inventada, Coelho (2002: 32) alerta que,

“por mais que um determinado ator insista em estabelecer a conexão direta entre problemática ambiental e sua condição objetiva, no decorrer do seu discurso, aqui e ali, em suas definições e argumentações, vislumbra-se sua faceta subjetiva. [Entretanto], torna-se explícito que, agregada a tal percepção objetivista, se tem, sempre, uma construção social específica que, no decorrer, materializar-se-á em distintas ‘problemáticas ambientais’”.

Em última análise, visto que “a abstração ou a teoria, enquanto atividades cognitivas, têm (...) uma origem eminentemente prática” (LEVY, 1993, p.71), isto quer dizer que este mesmo sistema de representações sobre o meio ambiente existirá

não só como *discurso*, mas se materializará em verdadeiras redes sociotécnicas que, porém, e a despeito desta mesma materialidade, continua sempre se revelando como um formigueiro de sentidos. Tais desdobramentos são visíveis, por exemplo, em casos como: a implantação de uma reserva ecológica; a abertura de um escritório local por uma secretaria estadual do meio ambiente; a instalação de uma organização não-governamental; a atuação da fiscalização de um órgão ambiental; a criação de um departamento do meio ambiente por prefeituras locais; os processos erosivos e de assoreamento de rios; e, até mesmo, através da valorização estética, por exemplo, de paisagens rurais compostas de penhascos, desfiladeiros, cachoeiras, lagoas e, porque não dizer, das populações nativas que vivem nestes lugares; enfim, em tantas coisas que, nestas realidades, existem e, acima de tudo, são percebidas em sua concretude e não apenas como realidade imaginada.

Além disso, como mais uma vez revela Levy (1993: 16), os produtos das ações humanas – e até certo ponto as próprias ações humanas – e os dispositivos técnicos<sup>20</sup> pelos quais o mundo torna-se algo ordenado e dotado de significado, “longe de adequarem-se apenas a um uso instrumental e calculável, são importantes fontes de imaginário, entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos”. Isso implica considerar que os seres humanos, ao fazerem uso (ou ao simplesmente tomarem consciência – por exemplo, em pensamento – da sua existência) de qualquer artefato, objeto ou até mesmo ser vivo que esteja a sua volta, não estarão livres da multiplicidade dos efeitos premeditados que tais entidades percebidas possam causar em termos de estruturas mentais, de representações da realidade vivida e, evidentemente, de comportamentos e ações cotidianas.

Neste sentido, fica difícil aceitar que os desdobramentos e os eventos relacionados ao meio ambiente sejam meras invenções sociais abstratas pairando em uma espécie de éter cultural que, por sua vez, venha a determinar as ações humanas. Afinal, a pergunta que fica neste caso é: seria possível agir no mundo social sem que estas ações estivessem baseadas na visualização de situações concretas e sensorialmente perceptíveis?; e onde, a todo o momento, componentes subjetivos e objetivos, a *problemática do concreto e do imaginado, da realidade e do pensamento, do objeto em si e da coisa socialmente inventada etc.* se ajustam e se amalgamam conforme diferentes *sobreposições, distanciamentos, visões e dispositivos*? Se a abstração é algo inerente a qualquer pensamento cognoscitivo e, sobretudo, uma operação que permite que alguma coisa seja escolhida como objeto que mereça atenção e observação (e, eventualmente, modificação), é preciso também que esta mesma “coisa” (que, neste caso, por exemplo, pode ser um evento qualquer relacionado a algum processo de “degradação ambiental”) esteja lá, ou melhor, que ela aconteça, efetivamente, para que possa ser percebida e, quem sabe, estudada, pesquisada, transformada, enfim, resolvida.

## A DIALÉTICA DOS CAMPOS SOCIAIS NA INTERPRETAÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Ao se refletir sobre os desdobramentos vinculados às três possibilidades de compreensão até aqui explicitadas, pensa-se como alternativa interpretativa que



seria possível analisar a problemática ambiental a partir de uma concepção que, por um lado, reconhecesse a efetividade e a influência ativa de certos eventos concretos ligados ao que se convencionou chamar de meio ambiente e que, por outro, considerasse tais fatos como sendo algo observado e filtrado (o que significa empreender escolhas) no pensamento humano de acordo com as condições históricas e socioculturais em que estes mesmos fatos foram produzidos; e isto sem deixar de considerar, evidentemente, que também estão em ação todo o rol de especificidades psíquicas que envolvem a subjetividade própria de cada agente quando este interpreta sua realidade vivida e sobre ela atua. Deste modo, e tendo o cuidado de evitar ler tais acontecimentos como sendo o resultado de um processo já previamente determinado ou inscrito, mesmo que em latência, nas ações de protoambientalistas historicamente incompreendidos, seria possível refletir sobre a problemática ambiental sem negar os elementos objetivos que marcam sua existência, mas tendo o cuidado de perceber que os “fatos” normalmente classificados como ambientalmente importantes são também *inventados* e permanentemente ressignificados através de ressignificações as mais diversas.

De forma análoga, portanto, esta *invenção* de uma questão ambiental global não se resume apenas à formação de um novo discurso (“ecológico”, “ambiental”, “sustentável” etc.) derivado da conjunção de certas forças etéreas pairando acima da realidade, mas se estrutura e se institucionaliza (se constrói ao mesmo tempo em que se encontra já construída) a partir da constante configuração do que aqui se denominou por *campo ambiental* em construção. Contudo, este espaço prático/discursivo, estando sempre em processo de formação (o que inclui a possibilidade permanente de desconstrução do próprio campo), funciona com uma certa *autonomia relativa*<sup>21</sup> em relação aos demais campos sociais. Esta característica, aliás, permite inserir como elemento de análise os papéis diferenciados que cada agente participante dos debates ambientais desempenha no sentido da estruturação e valorização de certas práticas e modos de pensamento em detrimento de outras, o que implica, por sua vez, considerar as especificidades existentes em termos das suas trajetórias sociais, posições que ocupam, instituições a que pertencem ou grupos com quem se identificam etc.

Além disso, do mesmo modo que o debate em torno dos temas ambientais não pode ser reduzido nem a simples “tomada de consciência” da população mundial (ou de parte dela) devido às conseqüências nefastas do modo de vida das sociedades contemporâneas, nem a uma espécie de acúmulo histórico de saber e de influência política de ambientalistas bem intencionados, ele não se encontra condicionado a uma lógica ditada por macro-estruturas sobredeterminantes. De fato, se todas estas dimensões devem ser consideradas como tendo um papel importante na conformação de um relativo consenso e de uma preocupação muito mais explícita, integrativa, refletida e instrumentalizada – estabelecendo, portanto, o que se conhece como senso comum – sobre os desdobramentos das relações entre ser humano e o ambiente em que ele vive, seria ao menos prudente reconhecer, em primeiro lugar, os limites e a amplitude que tais posturas apresentam quando tentam explicar transformações ocorridas ao longo do tempo em termos de valores e modos de vida e, sobretudo, o

caráter intimamente relacional em que se acham culturalmente inseridos e socialmente entranhados.

Neste sentido, apesar do uso do conceito de *campo ambiental* em construção/ desconstrução permanente apoiar-se na concepção de campos sociais proposta por Bourdieu (1996)<sup>22</sup>, sua utilização é, no caso do presente trabalho, decorrente, sobretudo, das proposições já desenvolvidas por Carvalho (2001), especificamente para o caso da problemática ambiental. Assim, segundo esta autora:

“Com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo. Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre temas ambientais” (CARVALHO, 2001: 5).

Tomando-se esta perspectiva, a problemática ambiental atual institui-se através de um acúmulo de subjetividades cujo processo dá corpo a uma “história incorporada” ou a um *habitus* (BOURDIEU, 1998). Em decorrência disso, o *campo ambiental* em formação se reestrutura, ao mesmo tempo em que já se encontra relativamente estruturado, a partir de todo um conjunto de idéias, práticas e princípios (morais, religiosos, ideológicos, econômicos, étnicos etc.) sobre a qualidade das relações que envolvem seres humanos e aquilo que, dependendo do contexto, considerar-se-á algo não-humano (como é o caso típico, por exemplo, da conotação subjacente a termos como “meio natural”, “natureza intocada”, “mundo selvagem”)<sup>23</sup>. Tais modos de pensar, de agir e de classificar o mundo se encontram já historicamente calcinados no interior destes mesmos *habitus*, de modo que as delimitações e possibilidades aí circunscritas acabam sendo incorporadas nos agentes através de suas atitudes, ações e discursos. São estes diferentes modos de pensar e de agir – os quais, por sua vez, concorrem permanentemente à hegemonia dos significados sobre a problemática ambiental – que irão, em última análise, dar corpo, forma e permitir aos *habitus* materializarem-se no fazer cotidiano das pessoas e, se se levar em conta o contexto das sociedades contemporâneas, nas transformações que envolvem o universo das coisas ou dos elementos vivos e não-vivos vistos como não-humanos.

Por outro lado, esta situação implica em também considerar a importância de toda a carga simbólica sobre meio ambiente arraigada no pensamento humano no decorrer do tempo. Isso, porque quando se buscam outros usos e outras valorações morais, por exemplo, para os “elementos da natureza” ou ainda para a “condição

humana” nesta mesma natureza, os significados a serem produzidos, além de apropriações criativas, em certa medida inovadoras, são igualmente presentificações de um passado que contém o espaço das significações possíveis de serem construídas. Sobre este processo constante de ressignificação e de extensão de sentidos para o caso da problemática ambiental, poder-se-ia, apenas a título de ilustração, pensar-se, por exemplo, em certas tradições inscritas na concepção de natureza viva e pensante dos gregos pré-socráticos; na compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão; nos sentimentos idílicos e arcadianos de apego à terra no século XVII; nas sensibilidades românticas oitocentistas de (re)encantamento do mundo; na nostalgia cristã à procura do Éden, depois transformado em uma suposta “natureza intocada” pelos preservacionistas norte-americanos do século XIX; nos movimentos contraculturais e contestatórios iniciados nos anos 1960; ou, ainda, na revalorização, sob o signo do *Small is Beautiful*, de modos de vida praticados pelas populações tradicionais durante a década de 1970 (CARVALHO, 2001; LARRÈRE & LARRÈRE, 1997).

Enfim, isto representa dizer que, no centro das representações sobre a problemática ambiental, subjetividades surgem no digladiar de forças sempre presentificadas que, contrariamente ao que se poderia pensar, nem desaparecem com a possibilidade de construção de um futuro sempre novo, nem se perpetuam como uma espécie de passado que se vai acumulando em direção ao infinito, mas permanecem vivas e ressignificadas através da geração de novos *habitus* que, por sua vez, são, ao mesmo tempo, realidades instituídas e instituintes de valores, comportamentos, relações de poder, conflitos e, obviamente, ordenamentos, regras, normas, padrões de conduta, etc.<sup>24</sup>. E, do mesmo modo que o meio ambiente (mas bem poderia ser a razão, a verdade, a realidade etc.) pode ser construído historicamente e socialmente, esta invenção materializa-se objetivamente nas coisas, isto é, na linguagem, nas novas tecnologias, nos desastres ecológicos, nas instituições ligadas à preservação do meio ambiente, na poluição em geral e nas alterações climáticas globais.

Uma comprovação disso revela-se na possibilidade de se conseguir identificar práticas e comportamentos como sendo “ecológicos”. No caso específico, por exemplo, de certos agricultores, mesmo que estes anteriormente já adotassem um manejo semelhante ao que hoje se considera adequado do ponto de vista ambiental, suas ações não eram até bem pouco tempo vistas deste modo. E isto, por sua vez, somente se tornou possível devido a um processo de ressignificação daquilo que até então eram consideradas práticas “ecológicas”<sup>25</sup>. Afinal, há 30 anos uma pequena roça de milho crioulo consorciado com feijão, feita em um sistema de rodízio em que a área cultivada permanecia em pousio por mais de 10 anos e onde não se usava nenhum tipo de adubação de origem sintética ou controle químico de pragas seria, por um grande número de pessoas, vista como um sinônimo de atraso ou, ainda, como a negação do progresso devido, entre outras razões, à falta de conhecimento, à fraca capacidade de responder às inovações, à incompetência ou à teimosia do agricultor em questão. Porém, a partir deste processo de revalorização, muitas das práticas associadas a este sistema de cultivo puderam passar, para um número crescente de pessoas, a ser vistas agora como positivas se comparadas, por exemplo, a um outro sistema de cultivo baseado

na ocupação de grandes áreas com monocultivo de soja, e onde se usam elevadas quantidades de agroquímicos (aliás, prática esta que durante muito tempo, foi junto com o trator um dos símbolos mais fortes daquilo que devia ser considerado como sendo técnicas “modernas”).

Mesmo que no campo técnico-científico, as práticas do tipo como as adotadas neste último caso possam, ainda hoje, continuar sendo vistas pela maior parte dos especialistas como técnicas perfeitamente apropriadas do ponto de vista do uso dos recursos naturais (COELHO, 2001), só foi possível, para as vozes dissonantes que se opunham aos sistemas de produção então chamados de “convencionais”, construir “alternativas” e consolidá-las enquanto práticas pertinentes (tanto do ponto de vista econômico-produtivo, como do ponto de vista socioambiental) devido à construção e incorporação de outros modos de pensamento. E estes, por sua vez, representam a instituição – e o reconhecimento como algo pertinente de ser colocado em questão por aqueles que dominam a produção de significados neste mesmo campo – de *habitus* concorrentes e que se objetivam na formação de novos espaços de disputas prático/discursivas. Ora, se tal ressignificação – que, é importante atentar, resultou e continua ocorrendo em meio a lutas e conflitos, por vezes extremos e dramáticos, muito diferenciados e que se interpenetram – não tivesse se processado, não seria possível aos agricultores, e mesmo àqueles que apostam na possibilidade de construção de um modelo “ecológico” (ou “agroecológico”, “orgânico” etc.) de produção agrícola, promover a consolidação (enquanto prática cotidiana de pensar e de agir) destas outras formas de apropriação do meio físico e biológico. Enfim, não teria sido possível nem mesmo trazer à tona este *capital social*<sup>26</sup> ou, ainda, estes saberes e experiências historicamente já incorporados há muito tempo por uma substantiva diversidade de grupos sociais – e que deve ser o caso, especialmente, de muitos agricultores vivendo em realidades extremamente diferenciadas<sup>27</sup>.

Dito isso, poderia-se perguntar: mas, afinal, o que concretamente estaria em jogo atualmente dentro do amplo espectro de relações que ao mesmo tempo limitam e abrem o espaço de possibilidades (do dizível e do indizível) instituintes e instituídas, respectivamente, no e pelo *campo ambiental* em construção? Quais seriam os agentes mais envolvidos e interessados neste processo e que contradições seus participantes buscariam resolver? Segundo a perspectiva apresentada, pode-se dizer, de maneira geral, que está em jogo, na luta ideológica e social travada entre as diferentes posições dentro do *campo ambiental*, a própria determinação do que deveria ser considerado “relevante” ambientalmente falando e, a partir daí, o que deveria ser visto como “correto” em termos de políticas ambientais. No centro desta luta, a principal oposição que nutre os conflitos decorrentes provém, de um lado, da idéia de que seria preciso *preservar* alguma coisa (*preservação*) e, de outro, da premissa de que seria necessário *utilizar*, para alguma finalidade, esta mesma coisa (*utilização*)<sup>28</sup>. E, contemporaneamente, esta “coisa” é normalmente, dependendo do contexto e da conjugação de forças em ação, designada como sendo o “meio natural”, a “natureza”, os “recursos naturais”, a “biosfera”, ou, ainda, algo menos palpável, como “as gerações futuras” e a própria “humanidade”. Sob esta perspectiva, como fica fácil perceber, a polaridade que se

instala entre a necessidade de *uso* de tais recursos disponíveis no meio ambiente<sup>29</sup> e a urgência de *preservá-los* funciona como um componente desencadeador de inúmeros atritos. Enfim, será com base nas disputas dos agentes por maior legitimidade junto à construção de um sentido comum sobre a problemática ambiental que se irá buscar dizer “o quê” deveria ser preservado ou utilizado e “de que forma” deveria ser esta preservação ou utilização (GERHARDT, 2002).

Por outro lado, é evidente que estas escolhas e, é claro, os fatos que deverão ser vistos como ambientalmente relevantes – pois qualquer fenômeno necessita ser reconhecido como “fato” para que possa existir e ser criticamente apreciado – irão agregar significados e relações que se estabelecem de acordo com múltiplas interações que incluem, por exemplo: as percepções/práticas (representações) específicas dos agentes e grupos sociais interessados (o que implica considerar elementos psicológicos próprios de cada um ou, ainda, ligados às especificidades das suas trajetórias sociais); as posições por eles ocupadas nos diferentes extratos sociais (o que pressupõe levar em conta as assimetrias de poder existentes em qualquer núcleo social); as ações e diretrizes das entidades que se acham instituídas (e que têm o poder simbólico reconhecido socialmente do fazer e do dizer) para tratar dos temas ambientais; os interesses econômicos envolvidos (e que tendem a abrandar as prerrogativas dos especialistas ambientais ou mesmo com elas concorrer no que tange ao reconhecimento simbólico de suas competências); bem como as diversas formas organizacionais (ONG's, movimentos sociais etc.) que, ora se aliam (pois elas mesmas podem exercer o papel de instituição), ora se opõem aos procedimentos destes mesmos órgãos competentes.

Um exemplo interessante sobre este aspecto de conflito derivado da luta por uma definição legítima do que interessa em termos de problemática ambiental pode ser visto em Coelho (2002) para o caso específico do campo técnico-científico ligado à agricultura. Neste estudo, a autora elege como eixo analítico para suas reflexões a identificação de dois padrões discursivos contrários: de um lado, apareceriam aqueles que exaltam o “mau uso da técnica” como gerador dos problemas ambientais e que, como solução, apostam na possibilidade de haver uma “boa ciência” (esta, ideologicamente asséptica) que dê conta destes problemas; de outro, encontrar-se-iam aqueles que apóiam seus discursos na crítica ao “modelo de agricultura moderna” visando buscar a sua superação, na consolidação da “agroecologia” como uma ciência, ou ainda na utilização da problemática ambiental como um poderoso arsenal de transformação da sociedade. O que interessa perceber, no entanto, é que este estudo demonstra de uma maneira muito perspicaz como os agentes de ambos os lados irão pretender, baseados em argumentos os mais diversos (cientificidade, eficiência tecnológica, sustentabilidade, segurança alimentar ou ainda racionalidade), a todo o momento definir o que deve ser “a verdade” em relação às práticas agrônômicas e suas conseqüências para o meio ambiente. Segundo a autora,

“Dominantes e dominados no campo, através da evolução de argumentos e a conseqüente constituição de estratégias, guiam-se, invariavelmente, pela tentativa de legitimar/afirmar suas proposições, ou seja, proposições

englobadas no seu espaço de domínio do campo tecnocientífico. (...). Do lado dos dominantes, não é a incorporação de uma “preocupação ambiental” o elemento capaz de provocar o abalo de uma orientação produtivista e da supremacia da “boa ciência” como a instância promotora de legitimidade no campo tecnocientífico. Por sua vez, os opositores tentam se fazer valer da dimensão ambiental como mais um elemento a engrossar o seu arsenal de críticas ao modelo de modernização, bem como uma forma de impulsionar a visibilidade e legitimidade da agroecologia. (...). Para tanto, sua proposição não pode ser contestada pelo viés ambiental, ao contrário, deve assumir a forma ‘ambientalmente correta’” (COELHO, 2002: 135-136).

Em linhas gerais, o principal mecanismo atuante neste processo – o qual pode igualmente ser estendido para o caso da instituição e consolidação de um *campo ambiental* em permanente formação – reside na própria repetição cotidiana, contínua das principais idéias sobre meio ambiente e sua conseqüente apropriação pelo senso comum. Assim, em se tratando dos inúmeros temas específicos relacionados de alguma forma à problemática ambiental, ou seja, aquilo que está sendo considerado “problema ambiental”, será através desta articulação repetitiva de acostumação dos dizeres discursivos e das ações empreendidas que certas evidências sobre um assunto qualquer poderão ser criticamente partilhadas por todos (e isso vale para o uso de agrotóxicos, o desmatamento das florestas, a caça de animais silvestres, o extrativismo predatório, a destinação do lixo, o efeito estufa, a perda de biodiversidade, o uso de materiais geneticamente modificados e assim por diante). Contudo, tais conflitos subentendem o estabelecimento de um consenso, um lugar comum em que, contraditoriamente, os interlocutores possam apresentar seus argumentos ou fatos, trocar opiniões divergentes ou convergentes e constatar ou refutar evidências em relação a um determinado problema já previamente eleito como relevante. Mas, repare-se que, apesar de tudo, tal problema em questão já não poderá ser simplesmente desqualificado ou negado como não existente. Desta forma, a produção de idéias e de práticas que irão dar consistência a um sentido comum – que, de uma forma paradoxal, mantém-se em meio a uma permanente discórdia e contradição discursiva<sup>30</sup> – sobre temas ambientais resultará da repetição contínua dos argumentos utilizados pelos agentes, sendo o seu grau de aceitação dependente não apenas da qualidade e da coerência do discurso proferido, mas, igualmente, da posição ocupada pelo seu proponente e do maior ou menor grau de influência deste junto aos demais agentes.

A comprovação deste fenômeno de acostumação em que se dá a instituição de novos sentidos sobre a problemática ambiental pode ser facilmente observada em inúmeras realidades rurais onde até a pouco mais de 20 ou 30 anos as discussões efetivas sobre meio ambiente eram percebidas apenas de forma fragmentada ou inconsciente. Tal qual como no exemplo, anteriormente já citado, do processo de ressignificação de certas práticas – agora consideradas mais “ecológicas” ou ainda mais “sustentáveis” – executadas por alguns agricultores, até antes deste período, qualquer idéia sobre preservação da natureza ou defesa do meio ambiente era pouco ou muito pouco considerada como “problema” relevante pelos agentes sociais nestes



espaços. Contudo, em bem pouco tempo, muitas vezes por conta da atuação de órgãos fiscalizadores, pela vinculação de idéias preservacionistas por parte da mídia em geral, devido à chegada de novos agentes sociais detentores de um capital social diferenciado ou, é claro, por causa mesmo da intensidade dos efeitos indesejados de certas práticas agrícolas até então adotadas, toda uma nova gama de concepções sobre a importância de se preservar o meio ambiente pôde começar a se disseminar e a atingir capilarmente vários extratos sociais. E, como conseqüência direta desta revalorização, tornou-se possível visualizar um quadro bem distinto daquele de três décadas atrás.

Entretanto, ao analisar a instituição e formação de um *campo ambiental* como lócus privilegiado das discussões que, de alguma forma, se acham referenciadas ao meio ambiente, faz-se necessário proceder com uma certa cautela, visto que é preciso relativizar a amplitude de ação e o grau de autonomia que este mesmo campo possui em relação a outros campos sociais. Neste sentido, torna-se importante estar atento para levar em consideração uma característica muito própria e que singulariza os processos aqui investigados. Isto porque, por ser este espaço de debate e de ação ainda pouco consolidado em termos de delimitação de um *nomus*, ou seja, de um rol de possibilidades prático-discursivas instituídas e socialmente reconhecidas como pertinentes<sup>31</sup>, o monopólio da *competência ambiental* – o qual deveria ser, via de regra, conferido aos agentes encarregados de designar os preceitos “corretos” relativos às políticas ambientais – não pode se manifestar tão visivelmente como em outros campos. Em poucas palavras, a *autonomia relativa* que o campo ambiental possui em relação aos outros campos é, ainda, pequena.

Ao mesmo tempo, também o “conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos, cuja aceitação é implicada pela própria pertença” (BOURDIEU, 1998: 85) dos agentes, e que este autor chama de *doxa*, não está ainda suficientemente cristalizado em fazeres e dizeres cotidianos e tautologicamente incorporados. Isto quer dizer que os padrões de pensar e agir que deveriam constituir os princípios norteadores das disputas no *campo ambiental*, permanecem ainda pouco definidos. O que significa, como conseqüência, que o espaço de discussão legítima que, por sua vez, delimita as “grandes oposições obrigatórias que paradoxalmente unem os que se opõem, uma vez que é necessário ter em comum ou admiti-las para se tornar possível à oposição a seu respeito” (BOURDIEU, 1998: 85), tende a tornar-se disperso. Mais do que isto, devido ao fato de que o reconhecimento simbólico das diferentes posições ocupadas pelos agentes ser ainda um tanto incipiente, o que implica reconhecer que o poder socialmente conferido às instituições e aos órgãos ambientais competentes também se encontra bastante relativizado, a própria autorização para falar e agir legitimamente fica somente em parte outorgada aos agentes e instituições que reivindicam tal *status* político. Situação esta que, se, por um lado, abre espaço, ainda que reduzido, para que uma gama de agentes teoricamente “menos qualificados” possa também se pronunciar propositivamente (por exemplo, populações indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores artesanais, moradores de áreas de risco nas zonas urbanas e periferias das cidades etc.), por outro, concede e estende o poder de interferência no âmbito ambiental a interesses muito dispersos, socialmente



diferenciados e que na maior parte das vezes dizem respeito ou tendem a se orientar conforme assimetrias sociais dominantes (por exemplo, agentes detentores de capitais privados ou empreendimentos com forte poder econômico e influência política).

Como se pode ver, neste ponto, diferenças importantes separam o *campo ambiental* em formação de outros campos sociais já consolidados. Mormente, se se pode hoje identificar razoavelmente uma tendência de consolidação de um novo ambiente de lutas relativamente bem estruturado, o qual reivindica uma certa autonomia sobre as discussões relativas ao meio ambiente, tem-se que reconhecer, ao mesmo tempo, que tal fenômeno encontra-se ainda em processo de consolidação enquanto espaço de representação. Exemplo disso pode ser visto através da comparação com o campo científico, econômico, cultural ou jurídico, estes muito mais estruturados enquanto processo de produção de significados, lógicas de pensamento e estratégias de ação (para os temas a eles concernentes, evidentemente). Já no caso do *campo ambiental*, na medida em que sua autorização enquanto espaço de discussão legítima encontra-se pouco consolidada, as deliberações eventualmente produzidas irão apresentar um grau de aceitação deveras menos representativo. Neste caso, dependendo da conjugação de forças existentes em uma dada situação específica e que envolva a mediação ou resolução de algum problema ambiental qualquer, o crédito que, em tese, deveria ser atribuído aos agentes socialmente vistos como qualificados pode vir a ser contestado e posto em questão.

Em termos práticos, esta peculiaridade reversa da problemática ambiental faz com que, apesar dos agentes manifestarem suas posições e atuarem discursivamente com base na oposição *preservar/utilizar*, muito facilmente eles serão levados a atuar mais segundo motivações propostas por outros campos (o que subentende a intervenção alienígena de modos de pensamento e de ação diferenciados), do que propriamente aquelas vinculadas às disposições estruturadas em torno do *campo ambiental*. Quer dizer, muito facilmente se estabelecem prerrogativas que fogem aos limites do que se deveria entender por problemática ambiental, sendo seus elementos constituintes cooptados e, às vezes até, totalmente dilacerados, fragmentados e descaracterizados no desenrolar dos debates e dos encontros entre forças sociais desiguais. Além disso, por vezes, o que alguns agentes participantes do campo veriam como sendo, por exemplo, um “problema ambiental” importante, para os demais ou será visto como algo secundário ou, mais grave ainda, sequer virá a ser percebido como concernente à temática ambiental. O que, em outras palavras, pode representar, além da transferência da competência a ser atribuída para a resolução do problema em questão, a própria negação da existência desta mesma questão enquanto fato socialmente relevante.

Contudo, este mecanismo de relativa indeterminação e, de certa forma, de alguma promiscuidade de competências e especialidades, faz com que haja a possibilidade de que atribuições ambientais sejam construídas transversalmente às posições historicamente arraigadas e dominantes no campo social. E é assim, do mesmo modo, que uma extensa gama de agentes, os quais integram e atuam em uma variedade de outros campos, irão poder reivindicar a participação neste processo de constituição de um *campo ambiental* em permanente construção/desconstrução. Afinal, necessitar-

se-á, por exemplo, entre muitos outros agentes, de cientistas que estejam autorizados a observar, testar, explicar, desenvolver e determinar que técnicas deveriam ser usadas na resolução de problemas ambientais; de administradores e legisladores encarregados de propor políticas ambientais e, ao mesmo tempo, determinar e regulamentar leis e legislação relativas ao meio ambiente; de juristas com a incumbência de gerenciar o cumprimento destas mesmas leis e julgar quem está com “a razão” em caso de litígio ou de um suposto dano ambiental; de educadores ambientais e, mesmo, de jornalistas ocupados em escolher e levar ao público em geral informações, práticas e condutas mais “ecológicas” ou ambientalmente desejadas; de fiscais responsáveis por prevenir, zelar e cuidar (se necessário, até mesmo através de meios repressivos) para que as leis ambientais sejam cumpridas.

Além disso, uma das possíveis explicações para parte desta permeabilidade e deste menor rigor no que se refere à variabilidade de tipos e grupos de interlocutores autorizados a participar e se pronunciar sobre problemas ambientais poderia estar vinculada ao caráter (ainda) transversal da problemática que o envolve. Para Jollivet (1994: 95-96), por exemplo, este aspecto instável e não solidificado pode ser traduzido segundo algumas especificidades próprias da problemática ambiental, tais como sua “jovialidade” enquanto um problema social colocado na “ordem do dia”; seu caráter polissêmico e impreciso em termos de produção de significações e simbolismos; sua inadequação às “grandes questões políticas clássicas”; sua capacidade de mobilização e sensibilização social. Indo em uma mesma direção, Alphandéry et al. (1992: 9) chegam a afirmar que “alguns poderiam tranquilamente sustentar a idéia de que a ‘maionese ecológica’ está, no momento atual, tomando consistência”<sup>32</sup>.

Entretanto, não obstante a procedência e a exatidão destas afirmações, faz-se necessário ter igualmente a precaução de não fazer uma leitura de modo a conceder a estas características um mero estatuto causal ou ainda reduzi-las a simples efeitos decorrentes do *campo ambiental*. Mais do que efeitos ou causas verdadeiras da problemática ambiental, estes aspectos são parte integrante de um mesmo processo que se retroalimenta e que, em síntese, inclui, sincrônica e diacronicamente, geração de novas subjetividades produtoras de significados os mais diversos e conseqüências concretas (leia-se: que aparentem, para as pessoas, uma materialidade) que interferem na vida cotidiana das pessoas. E é somente assim que se pode pensar em dizer que, no caso da problemática ambiental, “em geral trata-se de algo que se coloca atravessado à ordem ‘normal’ das coisas – uma repetição contrariante, um dado intensivo que apela a outras intensidades a fim de compor outras configurações existenciais” (GUATTARI, 1990: 28). Ora, uma tal situação implica considerar o fato de que a problemática ambiental se encontra visceralmente instalada dentro de um contexto histórico, social e cultural contestatório, onde a supremacia de outros campos sociais passa a ser colocada em xeque pela capacidade crescente do *campo ambiental* de realizar ingerências em áreas tão distintas como economia, ética, política, direito, religião e estética. E é justamente o caráter difuso da dimensão ambiental – ou, dito de outra forma, sua peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, instituída e instituinte – que permite com que uma tal interferência opere e se efetive.

Obviamente, não seria o caso aqui de se aprofundar como estariam se dando as lutas específicas em torno da problemática ambiental. Cabe apenas, para finalizar, constatar que, se o meio ambiente tornou-se algo importante de ser pensado; se a este é conferida uma infinidade de significados; se não se pode hoje enquadrá-lo no espaço de disputas políticas tradicionais; enfim, se a sociedade reconhece na problemática ambiental uma possibilidade de contestação, estas peculiaridades estão imbricadas dentro da própria dinâmica de forças desencadeadoras de um fenômeno que se tem chamado de *ambiental*. Por conseguinte, estas lutas podem, e devem, ser historicizadas, pois compõem e incorporam, juntamente com outros dispositivos, os *habitus*, os modos de pensamento específicos que irão ajudar a classificar e a construir os “fatos” perceptivamente observáveis enquanto “realidade” objetivada. É somente sob esta perspectiva que se pode afirmar:

“construção social e histórica de uma rede de significados que se articulam num campo social, (...) o ambiental tem se apresentado como uma questão catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva” (CARVALHO, 2001: 4).

Longe de ser apenas um problema decorrente das “externalidades” de um determinado modelo socioeconômico, ou ainda uma nova dificuldade a ser superada através da ciência e do progresso técnico-científico, a *invenção* da problemática ambiental possui uma historicidade, um passado onde ela se coloca sempre presente. O que, por sua vez, subentende que toda e qualquer interpretação deste jogo de fatos e sentidos carregará consigo algum tipo de enraizamento e, evidentemente, comprometimentos que são da esfera do político, ou mais precisamente das disputas – e dos subseqüentes conflitos – em torno do poder de dizer e de fazer.

Apesar de se concordar com a idéia de que o meio ambiente só teve condição de se constituir efetivamente como problema social e adquirir consistência e corpo junto aos espaços públicos onde múltiplas lógicas estão em jogo, e onde a arte, a política, a ciência e os movimentos sociais podem se comunicar e produzir sentidos comuns devido à conformação dinâmica de forças que regem a produção de novos valores e que organizam a construção de subjetividades, estas forças não permanecem intangíveis ou totalmente contingentes. Pelo contrário, conformam certas estruturas mais ou menos identificáveis, as quais estão imbricadas e sobrepostas umas às outras (o *campo ambiental*, por exemplo, “bebe” no e é “bebido” por outros campos como os campos político, religioso, ético e/ou econômico).

Em última análise, se o meio ambiente não estava, até recentemente, precisamente definido enquanto “questão”, não é somente porque antes não havia fenômenos como o aquecimento global, a perda de diversidade biológica, a destruição e alteração de habitats ou a poluição em geral. O que ocorre é que se está diante de “um profundo movimento da sociedade, isto é, um novo fato social, um componente novo e duradouro da realidade social” (JOLLIVET, 1994: 184). Mais do que simples produção de novos discursos, estas forças manifestam objetividade na forma de

catástrofes ecológicas, novas instituições, políticas públicas, leis e legislações ambientais, novas tecnologias e valores coletivos e individuais. Da mesma forma, os encontros e desencontros entre distintas percepções sobre aqueles problemas, de alguma forma, classificados como ambientais, concretizam-se em espaços microssociais como, por exemplo, inúmeras localidades espalhadas pelo planeta onde confrontos decorrentes das proibições e restrições de uso dos recursos disponíveis se mostram ainda bastante acirrados.

## BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- ACOT, P. **História da ecologia**. Rio de Janeiro, Campos, 1990.
- ALPHANDÉRY, P. et al. **O Equívoco ecológico**. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo, Ed. da Unesp, 1995.
- AUDIBERT, E. A. **Preservar com ou sem presença humana: a problemática ambiental no contexto de áreas protegidas**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, Tese de Doutorado, 2005. 390 p. + anexos.
- AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Delta, v.2 e v.5, 1980.
- BOFF, L. **Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. São Paulo, Ed. Ática, 1996.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Oeiras, Celta Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo, Ed. da USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Le capital social”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, EHESS, n. 31, pp.2-3, 1980.
- BOURG, D. **Natureza e técnica: ensaio sobre a idéia de progresso**. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- BUTTEL, F. H. “Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas”. In: HERCULANO, S.; PORTO, M. F. de S.; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, EdUFF, 2000.
- CARVALHO, I. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo, Editora Ática, 1999.
- COELHO, V. P. **Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002. 187p. [disponível em [www.ufrgs.br/pgdr/](http://www.ufrgs.br/pgdr/)]
- DEAN, W. **À ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- DIEGUES, A. C. **O Mito da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- FERRY, L. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem**. São Paulo, Ensaio, 1994.

- FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- FUKS, M. “Arenas e debates públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro”, *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, pp. 35-53, 1998.
- GERHARDT, C. H. **Agricultores, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002 [disponível em [www.ufrgs.br/pgdr](http://www.ufrgs.br/pgdr)].
- GONÇALVES, C.W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 1994.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, Papirus, 1990.
- HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. **Ascensão e queda dos problemas sociais: um modelo de arenas públicas**. Tradução livre de MOURA, L. G. V. Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2001.
- JOLLIVET, M. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas”. *Estudos Econômicos*. IPE/USP, v. 24, nº especial, pp. 183-198, 1994.
- LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza**. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 1994.
- LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- LOVELOCK, J.E. “A Terra como um organismo vivo”. In.: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Gaia: um novo olhar sobre a Terra**. Lisboa, Edições 70, 1987.
- LUTZENBERGER, J. **Gaia, o planeta vivo**. Porto Alegre, L&PM, 1990.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1992.
- NORRIS, M. **Beasts of the Modern Imagination: Darwin, Nietzsche, Kafka, Ernst & Lawrence**. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1985.
- PADUA, J. Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PAIVA, A. C. S. **Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- ROHDE, G. M. **Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

TRINDADE, A.A. C. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional.** Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.  
WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.

## NOTAS

1. Perspectivas estas que podem ser designadas, dependendo do agente e do público a quem se dirige, através de uma multiplicidade de adjetivações complementares, tais como preocupações ecológicas, ambientais, sustentáveis, preservacionistas etc., cada uma trazendo consigo o seu viés discursivo particular.
2. Em um outro momento do referido texto, este tipo de olhar fica explícito quando, por exemplo, o autor propõe que “o surgimento de uma consciência dos limites ecológicos para o crescimento econômico não depende do livre mercado, mas das ações do ambientalismo” (LEIS, 1999: 48). Quer dizer, o autor já parte do princípio de que haveria, neste processo de crítica ao modelo econômico vigente, um personagem principal, isto é, um protagonista privilegiado e já pré-existente, qual seja aqueles identificados com o “ambientalismo” - leia-se, os “ambientalistas”. A pergunta que fica é se seria possível a alguém indicar, sem que se corresse o risco da simplificação nominativa ou da sobre-estimação de competências, aquelas pessoas e aqueles grupos que deveriam ser considerados e identificados como “ambientalistas”.
3. Aliás, diga-se de passagem, um fenômeno semelhante se repete sempre que alguém tenta reconstruir a história recente das discussões sobre a idéia de “sustentabilidade”. Neste caso, são recorrentes as citações e os comentários sobre as célebres conferências da década de 1970 e, obviamente, sobre a publicação do famoso “Relatório Brundtland” nos anos 1980. Estes eventos, sempre que colocados em uma seqüência temporal linear (dando uma idéia de causa-efeito e de acumulação gradual de conhecimentos e de consciência sobre os problemas suscitados), cristalizaram-se de uma tal maneira no imaginário dos especialistas em meio ambiente que muitos não conseguem mais enxergar a imensidão de outros acontecimentos não programados e que então se processavam nos seus interstícios.
4. Embora ainda que se considere as ressalvas aqui já apresentadas, é possível identificar muitos pontos de contato entre autores como Thomas (1994) e Pádua (2002). Isso porque, se um ilustra bem esta diversidade de opiniões e posições sobre as seqüências dos processos de industrialização inglesa, o outro, ao centrar seu interesse sobre o período escravista brasileiro, também ilumina a existência de vozes dissonantes no contexto intelectual e das elites socioeconômicas do país quando o assunto se referia aos efeitos das práticas da lavoura baseada no trabalho escravo e na monocultura exportadora e das medidas coloniais ou imperiais tomadas em relação aos recursos florestais, por exemplo. Além disso, não são poucas as aproximações que podem ser feitas entre ambos e um outro estudo, já antigo, realizado por Freyre (1989) para o caso da história do cultivo da cana-de-açúcar na região Nordeste do país.
5. Este termo, segundo concepção já amplamente vulgarizada através de um estudo proposto por Diegues (1996), incorporaria a idéia de uma visão do mundo natural (no sentido de “intocado” pelo ser humano) como algo possuidor de direitos intrínsecos, sendo a espécie humana vista como um ser destruidor por excelência da natureza. Contrapondo-se a estas idéias, encontrar-se-ia um outro pólo interpretativo, *antropocêntrico*, segundo o qual os humanos teriam direitos, objetivados pelo desenvolvimento tecnológico e científico, de controle e de posse sobre uma natureza considerada como reserva de recursos (sejam estes recursos materiais, pedagógicos, científicos, estéticos ou simbólicos).
6. Apesar de não se concordar com uma espécie de evolucionismo às avessas de Ponting, que vê o papel da espécie humana no meio ambiente como uma relação “fatalista” e estritamente degradadora, este demonstra de forma lúcida e precisa como, entre outros fatores, a qualidade e quantidade das ações humanas sobre os espaços naturais cumpriram um papel decisivo no processo de decadência material (e bélica), de declínio na capacidade de suprir suas necessidades alimentares, de desagregação social ou, mesmo, de extinção de muitas populações ao redor do mundo.
7. Aqui cabe diferenciar “problema” de “problemática” ambiental. Contemporaneamente, poder-se-ia dizer que o primeiro se referiria mais aos resultados não tão positivos proporcionados pelo próprio desenvolvimento da sociedade, onde estão incluídos, além dos temas recém-citados, o “efeito estufa”, a diminuição da camada de ozônio, a ameaça de catástrofe nuclear, a perda de biodiversidade, os derramamentos de petróleo, as



- contaminações em geral por produtos tóxicos etc., problemas estes que, é claro, em outras épocas e contextos, seriam outros. Já o segundo apontaria para a própria discussão sobre estes problemas específicos, seus condicionantes, sua institucionalização, seu contexto histórico e onde se encontra também toda uma crítica ao modelo urbano-industrial capitalista implementado nos últimos dois séculos.
8. Estes pontos serão abordados com mais profundidade na parte final deste artigo.
  9. Sobre esta hipótese, Bourg afirma: “todas estas crises [anteriores], no entanto, eram de âmbito local. Neste particular, são radicalmente diferentes da crise atual, caracterizada pela alteração dos grandes mecanismos reguladores” (BOURG, 1997: 82). Além deste, outros atores como ALTVATER (1995) e PONTING (1995) também costumam basear suas análises neste tipo de argumento.
  10. Ecologia radical ou Ecologia Profunda (do inglês, *Deep Ecology*), estes termos referem-se a um tipo de concepção que visa a “ir além do simples nível factual da ecologia como ciência, para um nível mais profundo de consciência ecológica” (DIEGUES, 1996, p.44) e que acabou resultando em todo um movimento de contestação baseado na “idéia de que o desenvolvimento produtivista e a exploração da natureza não podiam prolongar-se sem ameaçar a existência do homem” (ALPHANDÉRY et. al., 1992, p.55).
  11. Sobre este assunto, autores como LARRÈRE & LARRÈRE (1997), McCORMICK (1992), GONÇALVES (1994), FERRY (1994), DIEGUES (1996), DEAN (1994), entre outros, demonstram como a preocupação com o meio ambiente seria algo recorrente e sempre teria existido para a sociedade ocidental desde a Grécia antiga até os dias de hoje.
  12. Sobre este aspecto, Fuks (1998, p.92), analisando o caso da cidade do Rio de Janeiro, é categórico: “o meio ambiente não se apresenta como uma questão relevante para as classes sociais que ainda não têm assegurado as condições básicas de sobrevivência”.
  13. Seria importante problematizar as possíveis distinções que separariam expressões como natureza e meio ambiente. Neste sentido, uma alternativa interessante é proposta por BOURG (1997), segundo o qual a primeira não englobaria um conceito definido, mas, sim, uma idéia, a qual, por sua vez, daria sustentação valorativa ao conceito de meio ambiente: “(...) o tipo particular de significado que está ligado à palavra natureza não evoca um conceito. Um conceito é uma classe, definida por um certo número de propriedades, que permite juntar todos os indivíduos que satisfazem estas propriedades. Em consequência, o que é próprio de um conceito é pôr-nos imediatamente em relação com indivíduos concretos. (...) Em contrapartida, as idéias não possuem este poder de representação; não nos mostram indivíduos de modo imediato. São alinhamentos de conceitos graças aos quais organizamos as nossas representações” (BOURG, 1997: 68).
  14. Um trabalho interessante seria historicizar como expressões deste tipo (por exemplo, “relação harmônica” ou, ainda, “harmonia”) acabaram adquirindo, quando acopladas a idéia de “natureza”, um sentido de positividade. Afinal, atualmente, seria muito difícil alguém discordar de que algo que fosse “harmônico” com a natureza seria algo “bom” ou, no mínimo, desejável de ser obtido ou mesmo de ser vivido. Contudo, “acordo”, “ordem”, “simetria” ou, ainda, “disposição ordenada entre as partes de um todo” - que são, segundo AULETE (1980), os significados mais comuns desta palavra - não são termos por si só que denotam algo necessariamente “positivo”. Por exemplo: um acordo pode encobrir a dominação de uma pessoa sobre outra, de uma coisa sobre outra; a existência de ordem pode significar que muitos indivíduos, em uma organização social, possuem pouca liberdade de ação e de pensamento engendrado pela violência física ou simbólica ali existente (ou, até mesmo, biológica, como no caso de várias espécies animais). Talvez, neste caso, fosse prudente atentar para o que diz LATOUR (2001: 36): “nós não devemos imaginar que os índios da Amazônia estão em “sintonia”, em “harmonia” com a natureza, [pois] eles ignoram totalmente a noção de natureza. Não vamos desmoralizá-los dizendo que eles estão em harmonia com a natureza e nem nos punir por nos julgarmos dissociados dela.”
  15. Sobre este assunto ver, entre outros, LOVELOCK (1987; 1998), LUTZENBERGER (1990) e BOFF (1996).
  16. Ver o já emblemático Relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento denominado “Nosso Futuro Comum”, publicado no Brasil em 1988.
  17. Veja-se esta passagem, retirada de um texto de Hemmerlein, de 1497, por FERRY (1994): “nos arredores da cidade de Coire, houve uma irrupção súbita de larvas de cabeça preta e corpo branco (...); elas penetram no solo no começo do inverno, atacam as raízes e nelas mergulham um dente mortífero. (...) Ora, os agricultores fizeram com que estes insetos destruidores fossem citados perante o tribunal provincial mediante três editos consecutivos; constituíram-lhes um advogado e um procurador (...) e em seguida moveram-lhes uma ação com todas as formalidades requeridas. Finalmente, o juiz, considerando que as ditas larvas eram criaturas de Deus, que tinham direito de viver e que seria injusto privá-las de subsistência, relegou-as para uma região florestal e



selvagem, a fim de que não tivessem, daí em diante, pretexto para devastar as terras cultivadas. E assim foi feito” (HEMMERLEIN, 1497 *apud* FERRY, 1994, p.4).

18. Sobre a retomada da personalidade jurídica do “natural” é emblemático uma passagem de HERMITTE (1988), na qual ela vê com bons olhos alguns precedentes pelos quais “faz-se de uma zona, escolhida em função do seu interesse como ecossistema, um sujeito de direito, representado por uma comissão ou associação encarregada de fazer valer seu direito sobre si mesmo, isto é, o direito a permanecer no estado em que está ou o direito a reencontrar um estado superior” (HERMITTE, 1988 *apud* FERRY, 1994, p.17).
19. “A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desabrochamento pondo-se no manifesto. (...) Neste sentido, a *physis* encontra em si mesma a sua gênese; ela é *arké*, princípio de tudo aquilo que vem a ser. (...) Por isto pôde Heidegger dizer ‘a *physis* é o próprio ser, graças ao qual o ente se torna e permanece observável’ (BORNHEIN, 1985 *apud* GONÇALVES, 1994, p.29).
20. No caso do autor, tais dispositivos referem-se, principalmente, ao que ele chamou de tecnologias da inteligência; sobretudo, o computador e as redes de informação a ele acopladas.
21. No sentido de que os processos de geração de poder desencadeados pelos diferentes agentes de um campo social encontram-se gerenciados por uma “solidariedade objetiva baseada na homologia entre posições”, a qual acaba por padronizar certas ações e reações estruturalmente tornadas obrigatórias. Entretanto, por outro lado, estes processos acham-se também e simultaneamente dispostos de forma a conceder a estes agentes (dominantes ou dominados) uma espécie de “liberdade contingente”, sendo esta dependente da qualidade dos capitais (social, simbólico, cultural, econômico, religioso, político e, obviamente, ambiental) envolvidos e disponíveis. Enfim, a liberdade dos agentes é conferida conforme a própria dinâmica das posições por eles tomadas, sendo que estas são geradas “através de relações de concorrência e de conflito” entre os participantes do campo (BOURDIEU, 1998: 88).
22. Para Bourdieu, estes campos enquanto microcosmos sociais “propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídos pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente - o que não quer dizer na consciência - para entrar no jogo” (BOURDIEU, 1996 *apud* CARVALHO, 2001: 19).
23. Os termos humano e não-humano são aqui adotados em um sentido muito próximo daquele conferido por LATOUR (1994; 2001), o que implica considerar não uma separação e uma exterioridade ontológica entre ambos, mas, sim, a construção crescente de novas e íntimas imbricações em que “a minhoca e a vaca louca, bem como os problemas climáticos, de saúde pública (...) não dizem respeito apenas a um aspecto particular da realidade, isto é, a natureza em oposição a um aspecto que seria o social, mas referem-se a uma nova mistura, a uma nova forma de misturar os dois; ou melhor, eles introduzem, nessas questões, ligações e concatenações, uma incerteza sobre os membros importantes e sobre os membros pouco importantes da cadeia” (LATOUR, 2001: 234).
24. Obviamente, estas questões precisariam ser mais aprofundadas. Entretanto, apesar de reconhecer a importância do tema, não é pretensão deste trabalho (devido à disponibilidade de tempo e espaço e a amplitude da análise) reconstruir toda a genealogia da problemática ambiental, mas sim chamar atenção para o *status* dinâmico e o caráter não estático que ela assume no tempo e no espaço. Apesar disso, boa parte dos autores aqui utilizados para instrumentalizar as análises sobre a problemática ambiental procuram resgatar (às vezes sem ter esta pretensão explícita, é verdade) os sentidos incorporados historicamente por uma certa *tradição ambiental*, como por exemplo MCCORMICK (1992), ROHDE (1996), BUTTEL (2000), PONTING (1995), FERRY (1994), GONÇALVES (1994), DIEGUES (1996), LARRÈRE E LARRÈRE (1997), CARVALHO (2001), BOURG (1997), JOLLIVET (1994).
25. Aliás, ao se ler a criteriosa historicização, feita por Acot (1990), sobre o processo de consolidação da Ecologia enquanto disciplina específica durante o século XIX e ver as profundas mudanças de sentidos, de objetivos e de propostas que esta foi adquirindo ao longo do século XX até chegar na década de 1960, quando uma verdadeira explosão de significados e usos vêm à tona, alargando sua utilização e politização para muito além do ambiente científico, percebe-se como é importante estar atento quando se pretende utilizar esta ou aquela idéia para explicar um fenômeno qualquer.
26. Aqui se toma o conceito bourdianiano de capital social, onde se dá ênfase aos conflitos e funções de poder (relações sociais que aumentam a habilidade de um agente para atingir seus interesses). As posições sociais e

a divisão de recursos econômicos, culturais e sociais são legitimadas em geral com a ajuda de capital simbólico. Ou seja, nesta perspectiva capital social se torna um recurso dentro das lutas sociais que são travadas em arenas sociais diferentes, ou “campos” como propõe Bourdieu (BOURDIEU, 1980).

27. Neste sentido, um caso empírico é analisado por GERHARDT (2002) na região da Mata Atlântica no litoral norte do Rio Grande do Sul.
28. O caso das unidades de conservação parece encarnar esta polaridade. Como exemplo, ver AUDIBERT (2005).
29. Repare-se que o termo “uso”, neste caso, não se refere apenas ao aproveitamento produtivo dos recursos ambientais – no sentido da produção de bens materiais -, mas se estende a uma diversidade de outras formas que os seres humanos encontraram de valorar tais recursos. Aqui, acham-se incluídos, entre outros, por exemplo, os usos para fins estéticos, religiosos ou científicos.
30. Sobre isto, LATOUR (2001: 39) percebe que como categoria classificatória das coisas do mundo “a noção de natureza está associada não ao consenso, mas à discórdia”.
31. Para Bourdieu, o que denomina *nomus* configura-se uma espécie de constituição, de leis fundamentais segundo as quais o debate, o conflito e as lutas podem se formar dentro do campo. Como consequência, os agentes, sob pena de não serem sequer ouvidos pelos demais, são levados a movimentarem-se conforme estas regras, as quais devem estar continuamente sendo lembradas através dos aportes provenientes dos *habitus* concorrem no campo pela hegemonia de sentidos.
32. Uma característica comum na grande maioria das análises dos autores que se aventuraram a refletir sobre a problemática ambiental, reside na identificação do seu caráter paradoxal. Mesmo fazendo uso de diferentes adjetivações para designar esta questão (“turva”, “gelatinosa”, “nebulosa”, “não solidificada”, “incômoda”, “permeável”, “leve”, “moldável”, “original” etc.), autores como ALPHANDÈRY ET. AL. (1992); GONÇALVES (1994); GUATTARI (1990); JOLLIVET (1994); LARRÈRE E LARRÈRE (1997), entre outros, comungam com esta perspectiva de que se está lidando com algo ao mesmo tempo consensual e contraditório.

# RESUMOS/ABSTRACTS

---

CLEYTON HENRIQUE GERHARDT  
JALCIONE ALMEIDA

## A DIAÉTICA DOS CAMPOS SOCIAIS NA INTERPRETAÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE DIFERENTES LEITURAS SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS

### Resumo

A problemática ambiental constitui, atualmente, um importante espaço catalisador e produtor de valores regulatórios da vida humana e não-humana na biosfera terrestre. Porém, o que faz com que esta temática adquira tamanha envergadura em relação à sua identificação como problema social importante? A hipótese lançada aqui é a de que por trás desta difusa sensibilidade ambiental encontra-se em processo a configuração de um campo ambiental relativamente estruturado, no qual se busca, cada vez mais, a legitimidade para tratar das discussões sobre tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente. Neste sentido, tal espaço de lutas simbólicas tende a concentrar confrontos em torno do reconhecimento de certas ações e modos de pensamento, sendo que o que está colocado em jogo, neste caso, são as próprias percepções acerca do que seja o meio ambiente e, em contrapartida, as relações ontológicas construídas entre seres humanos e natureza. Com isto, a paulatina estruturação de um campo ambiental - este último funcionando como um amplo, dinâmico, instável e heterogêneo espaço de debate e de ação – tende a fazer com que determinados conceitos e práticas possam naturalizar-se e, concomitantemente, serem reconhecidas como “ambientalmente corretas”. Em suma, a constituição deste domínio prático/discursivo irá concentrar os agentes e suas disputas sobre que saberes, comportamentos e procedimentos deveriam ser instituídos como sendo os mais “adequados” do ponto de vista ambiental. Entretanto, nesta perspectiva, o que seria visto (e adotado) como ambientalmente “correto” ou “adequado” está, desde já, em disputa.

**Palavras-chave:** problemática ambiental, campo ambiental, sociologia ambiental.

# THE DIALECTICS OF SOCIAL FIELDS IN THE INTERPRETATION OF THE ENVIRONMENTAL PROBLEMATIC: A CRITICAL ANALYSIS BASED ON DIFFERENT READINGS OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS

## Abstract

At present, the environmental question constitutes an important space of catalysis and production of regulatory values of human and non-human life in the earth's biosphere. However, what makes this theme to attain such magnitude in relation to its identification as an important social problem? The hypothesis herein presented is that behind this diffuse environmental sensibility there is the ongoing configuration of a relatively structured environmental field, where legitimacy is increasingly sought to address discussions dealing with all aspects and issues pertaining to the environment. In this sense, such space of symbolic struggles tends to concentrate confrontations around the acknowledgement of certain actions and ways of thinking; what is at stake, in this case, are the very perceptions about what environment is and, conversely, the ontological relations built between human beings and nature. Thus, the gradual structuring of an environmental field - the latter working as a wide, dynamic, unstable, and heterogeneous space for debate and action - tends to make certain concepts and practices to become natural and, at the same time, to be acknowledged as "environmentally correct". In a nutshell, the constitution of this practical/discursive domain will focus the agents and their disputes onto what types of knowledge, behaviors, and procedures should be instituted as the most "appropriate" from an environmental standpoint. However, under this perspective, what would be seen (and adopted) as environmentally "correct" or "appropriate" is, as of now, the object of dispute.

**Keywords:** environmental question, environmental field, environmental Sociology.